

A política é a arte do possível, dizem alguns, convencidos de que, com esse tipo de realismo, podem obter o apoio de muitos. Mas quando o possível só serve aos interesses de poucos é porque tal política se destina, essencialmente, a burlar as aspirações e as esperanças, senão de todos, da maioria.

Se muitos tratados foram escritos para explicar essas coisas, poucas vezes, na história recente, a própria vida terá sido tão generosa em fornecer elementos para a compreensão dessa realidade como as principais políticas que, hoje, dão fundamento à chamada Nova República.

O exemplo mais visível disto são as decisões do áulico Conselho Político do governo Sarney (formado pelas lideranças do PMDB e do PFL), em especial as que se referem à convocação da Assembléia Nacional Constituinte e ao papel reservado pela Aliança Democrática ao Congresso Nacional, como instituição de representação da sociedade.

Empenhado em resguardar o seu controle sobre a transição conservadora, que, aliás, ainda nos faz conviver galhardamente com o que ele próprio chama de "entulho autoritário", o governo da Aliança Democrática não deseja nem de longe correr o risco de ver convocada uma Assembléia Nacional Constituinte autenticamente livre e soberana. As manifestações dos poderosos do dia são unânimes nesse sentido.

Congresso contra Congresso

José Álvaro Moisés

Mas como não pode usurpar sozinho a soberania popular, seja porque mesmo a atual Constituição o impede, seja porque isso seria um risco até para os partidos que o apóiam, o governo resolveu apelar para que, aderindo à sua política, o Congresso Nacional se sacrifique como instituição democrática. Então, no momento mesmo em que a sua legitimidade é questionada por muitos setores da opinião pública, o governo pede para que o Congresso se automutila, praticando uma nova modalidade de política da guilhotina que, neste caso, consistiria em a instituição da representação usurpar a representação.

O que está em jogo não é, como querem fazer crer algumas análises mais apressadas, a recusa de uma **fórmula pura**, como seria a de uma Assembléia Nacional Constituinte separada do Congresso Nacional, convocada para a missão específica de redigir a nova Constituição, por outra mais adequada à democracia. Em realidade, trata-se do que, hoje, com frequência se chama uma opção política realista, ou seja, uma manifestação do chamado **pragmatismo realista**.

Como se sabe, o governo Sarney optou pela fórmula que é a mais adequada para si, dita "a mais simples" pelo ministro Fernando Lyra, que é a que serve mais diretamente ao conge-

lamento da atual transição que, dessa forma, deveria evitar percalços imprevisíveis. Como bem analisou o jurista Raymundo Faoro, corresponde àquela do "poder constituinte subalterno do Congresso", isto é, o mero reforço do poder que deputados e senadores já têm para **reformar** a Constituição. Mas **reformar** não é fazer a nova Constituição de que necessita o País.

E, se algo há a indagar, neste caso, é por que é que, já tendo estes poderes em mãos, o Congresso deles não se utiliza. Ou alguma lei da natureza nos obriga, por exemplo, a agüentar indefinidamente as "salvaguardas" do Estado, a LSN, a Lei Antigrave e tantas outras? A verdade é que, já tendo esses poderes em mãos, hoje, o Congresso funciona mal. O que nos garante que, amanhã, tendo poderes constituintes, funcionará melhor?

Ademais, 21 anos de ditadura mili-